

Recessão ou repactuação?

Economia - Brasil

CARLA RODRIGUES

Embora todo o noticiário aponte para uma recessão profunda na economia — previsão de crescimento zero para 1999, mais um ajuste fiscal, com redução significativa dos recursos governamentais — este artigo tem o objetivo de, ao olhar para os sinais (que, acreditam, existem) de que a chamada economia real não está se movimentando na mesma direção que a lógica econômica indica, levantar a hipótese contrária: não, não vai haver recessão profunda nem agora, nem em 1999. Alguns pressupostos justificam a defesa da tese na "contramão da História":

• Primeiro é preciso acreditar — o que não é difícil — que o Brasil é um país muito mais rico do que indicam as estatísticas oficiais. "O processo de coleta de informações sobre renda é o mais precário de todos, em qualquer parte do mundo. (...) Não estou dizendo que não existe pobreza ou desigualdade. A questão é que elas são menores do que se diz", garantia, em entrevista à revista "Veja", em 19 de agosto, o cientista político Sérgio Abranches.

• Seja pela renda informal dos mais pobres, seja pela renda sonegada — e não mensurada nas estatísticas — dos mais ricos, é preciso crer que o país é muito mais vigoroso do ponto de vista econômico do que apontam os números oficiais.

• Também é bom lembrar as ameaças de recessão do ano passado. A crise asiática fez o Governo editar 51 medidas de ajuste que, prometeram economistas e imprensa especializada, mergulhariam o país numa baixa atividade econômica. Os estoques de Natal acabaram rapidamente, porque estavam subavaliados em relação à demanda e, seja pelo impulso dos recursos da privatização, seja pela

movimentação extra de recursos produzida pela campanha eleitoral, a recessão prometida não veio. Então, a mão do Estado já não tem tanta força assim.

• Da mesma forma, é importante observar que, apesar de quatro anos de estabilização da moeda, ainda é grande a distorção dos preços relativos. O que quer dizer gordura para queimar. O Dia da Criança demonstrou que o volume de negócios superou as expectativas dos lojistas, embora as vendas tenham sido concentradas em produtos baratos. Isso indica, claramente, que os brinquedos mais caros ou caem de preços ou ficarão na prateleira. Ainda pagamos muito, em dólar, por roupas, diárias de hotel, eletrodomésticos, brinquedos, combustível, passagens aéreas (que começaram a cair para níveis razoáveis), contas de restaurante e serviços em geral. Basta dar um pulinho em Nova York e comparar qualquer um destes itens.

Não se trata, no entanto, da clássica aposta nos mecanismos de mercado: menos dinheiro na economia, menor procura por produtos, queda dos preços em geral.

Se fosse só isso, já seria uma grande novidade numa economia que, durante anos, esteve oligopolizada na ponta da produção e anestesiada pela inflação na ponta do consumo, e agora faz voltar a funcionar os mecanismos "naturais" de mercado. É mais do que isso.

É acreditar que, pela primeira vez, depois do aprendizado de quatro anos sem inflação, o consumidor sabe a força que tem. Aprendeu a valorizar a moeda, a brigar por seus direitos, está mais exigente em qualidade e, principalmente, na relação entre qualidade e preço.

O consumidor aprendeu a ser "cida-

dão econômico" e não apenas alguém que saca o talão de cheques para pagar a conta no final, seja lá de quanto for.

Se acreditamos que este cidadão entra em cena, pela primeira vez, como agente econômico, em pé de igualdade com os outros — lojistas, instituições financeiras, prestadores de serviços — já temos uma revolução.

A força do "cidadão econômico" é uma novidade política no cenário nacional.

Livre, consciente do valor do dinheiro que carrega no bolso, a ele caberá fazer o pacto social, aquele tão discutido na década de 80, que pregava justamente um acordo entre os agentes econômicos

para evitar a recessão profunda e manter a economia funcionando. Elimina-se, de cara, a grande questão da época: legitimidade da representação.

Desta vez, o pacto pode ser feito individualmente, direto com cada consumidor, à revelia de sindicatos, associações de classe e outras instâncias de representação.

Do outro lado, na ponta da produção, sabe-se que o

grau de abertura da economia melhorou substancialmente o nível de oferta, e que as importações — sem entrar no mérito de terem ou não causado desemprego industrial — permitem que as prateleiras dos supermercados ofereçam de queijos a rações de gatos importadas.

Com preços em desequilíbrio relativo, desproporcionais aos preços em dólar, pressionados pela concorrência externa e pelo consumidor exigente, as empresas têm a grande oportunidade de mudança cultural e social: oferecer qualidade, baixar margem de lucro para ganhar na quantidade, respeitar esse novo "cidadão econômico" e fazer com ele um pacto. Ao oferecer preço mais baixo, tor-

nar seu produto acessível, chegar a novos públicos, ampliar seu mercado, manter-se funcionando, enfim, repactuar.

A novidade é que a repactuação de preços vai ser feita diretamente com este cidadão, que entra em cena como agente econômico, joga na roleta da economia com cacife alto, e a quem também não interessa a recessão: se numa ponta ele é consumidor, na outra é produtor de algum bem ou serviço e precisa continuar trabalhando, e também estará repactuando a sua remuneração em novas bases.

Alguns exemplos: um excelente hotel na Região Serrana oferece 50% de desconto na diária no fim de semana logo depois do feriado. Com preços mais em conta, opera com lotação esgotada.

O comércio começa a oferecer 10% de desconto para compras à vista — prática óbvia, que deveria ser permanente, mas até recentemente impossível.

Reportagem do GLOBO (19/10) mostra que dentistas, arquitetos e chaveiros já estão repactuando: "Trabalho há 17 anos e nunca tive que baixar o preço para atrair cliente. Agora, a procura diminuiu 30% e fui obrigado a mexer na tabela", admitiu o chaveiro Júlio Cesar Gonçalves dos Santos ao repórter André Moragas.

É bom lembrar que os serviços sempre estiveram fora do controle do Governo e já foram "vilões da inflação".

Ainda existe, é claro, parcela da economia engessada: funcionários públicos, sem reajuste há quatro anos, empresas endividadas, incapazes de honrar compromissos com a subida dos juros para níveis estratosféricos.

Mas, se o lado real da economia brasileira for mesmo esse, a recessão anunciada não chega. E, se chegar, não pegará ninguém de surpresa: longe das teorias econômicas, aqui onde a vida real funciona, a repactuação já começou.

CARLA RODRIGUES é jornalista.

O GLOBO

27 OUT 1998